DOSSIÊ

A INDETERMINAÇÃO DO GÊNERO

GENDER INDETERMINACY

Ronie Alexsandro Teles da Silveira[29]

Submissão: 29/08/2016 Revisão: 13/09/2016 Aceite: 13/09/2016

Resumo: A indeterminação de gênero é uma experiência efetiva para os indivíduos que passam a viver em ambientes contemporâneos cada vez mais democráticos – no ocidente. Essa nova experiência envolve a redefinição das relações entre os indivíduos e a sociedade, entre os próprios indivíduos e entre esses e sua sexualidade. O objetivo desse artigo é identificar e caracterizar alguns desses dos problemas que surgem em função da experiência da indeterminação de gênero.

Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; Indeterminação; Democracia.

Abstract: Gender indeterminacy is an effective experience for individuals who come to live in contemporary environments increasingly democratic - in the West. This new experience involves the redefinition of relations between individuals and society, between individuals themselves and between them and their sexuality. The aim of this article is to identify and characterize some of the problems that arise due to the experience of gender indeterminacy.

Keywords: Sexuality; Gender; Indeterminacy; Democracy.

[29] Professor de Filosofia. Universidade Federal do Sul da Bahia. Contato: roniefilosofia@gmail.com.

Introdução

Acredito que os principais problemas filosóficos presentes nas questões de gênero são aqueles introduzidos pela *experiência* da indeterminação na vida humana. A possibilidade da experiência dessa indeterminação é o resultado de uma longa história de libertação com relação ao peso da tradição das sociedades humanas. Ela se tornou possível ao final de um processo de absorção de todos os significados que pairavam sobre nossas cabeças - e se encontravam conectados a algum princípio de autoridade exterior. Significados que eram e são compreendidos como constituindo uma dimensão autônoma diante de nós – e que, não raramente, agiam e agem contra nós.

Os procedimentos culturais modernizadores são a ponta mais visível desse processo de substituição da tradição pela avaliação livre de cada indivíduo que deságua na introdução da indeterminação como uma experiência existencial, com a qual os indivíduos terão que se entender a partir de agora. Tais procedimentos caracterizam parte do estilo de vida democrático que temos adotado no ocidente nos últimos séculos. Meu objetivo aqui é tornar o mais evidente possível o sentido da introdução dessa indeterminação e algumas das novas dificuldades que ela provoca.

É necessário destacar que a indeterminação não será tratada aqui como uma *perspectiva teórica* acerca das questões de gênero. Com efeito, ela não será abordada como uma mera possibilidade teórica que viabilizaria não, em função de suas características, a adoção de uma política de gênero, como o faz Butler (1988; 1990), por exemplo. Enquanto uma *experiência* efetiva da vida contemporânea, não faz sentido recusá-la ou aprová-la. A questão que considero relevante é que ela introduz problemas novos que podem ser identificados. Claro que, dessa perspectiva que adoto, esses problemas não poderão ser resolvidos teoricamente. Isso porque as eventuais soluções terão que se apresentar igualmente como *experiências* e não como posições em um

debate. Minha pretensão, portanto, é muito limitada: trata-se de identificar alguns problemas originados pela *experiência* da indeterminação de gênero.

O território flexível da sexualidade

Todo processo de socialização envolve uma positividade. Isto é, ele implica a necessidade da adoção padronizada de alguns comportamentos que são considerados condições necessárias para a vida em comum. Assim, não houve ainda sociedade historicamente constituída que não tenha estipulado normas de conduta para os seus membros. Isso porque não existiram ainda sociedades não repressivas - e alguns afirmam, inclusive, que elas não existirão (Marcuse, 1968). Seja como for, as sociedades mais democráticas são justamente aquelas que conseguem se tornar viáveis com o menor número possível de exigências comportamentais e só requerem um mínimo comum de comportamento padronizado por parte de seus membros.

Nesse sentido, podemos dizer que o caráter democrático de uma sociedade específica está ligado à dimensão daquilo que ela exige como contrapartida de seus membros para participarem da vida coletiva. As mais democráticas concentram-se em um mínimo necessário para manter-se como sociedade, deixando às pessoas o máximo de espaço para sua própria expansão particular. Nesse caso, a dimensão da privacidade individual é alargada, enquanto que as exigências comportamentais positivas são minimizadas, embora subsistam.

No sentido contrário, o totalitarismo consiste na extrapolação das exigências comportamentais sobre os indivíduos, restringindo a dimensão da privacidade e ampliando as exigências sociais de maneira relativamente exorbitante. Democracia e totalitarismo são, portanto, duas categorias contínuas – cada uma delas ocupando um espaço extremo em uma mesma dimensão conceitual. Elas são duas modalidades de combinação entre

comportamentos requisitados como socialmente necessários – a positividade - de um lado, e a privacidade individual, do outro.

Parece óbvio que as discussões sobre gênero estão ligadas a um debate sobre os limites entre essas duas categorias ou à definição da dimensão da privacidade em uma sociedade particular. Isso de um ponto de vista abstrato. Entretanto, de uma perspectiva histórica – e, por isso mesmo, talvez mais apropriada - sabemos que está em curso no ocidente um processo de democratização da vida. Ou seja, podemos perceber que há um claro movimento de expansão da dimensão privada e, consequentemente, de retração das exigências sociais no que diz respeito ao comportamento positivo requerido aos indivíduos como contrapartida.

A derrota do totalitarismo na Segunda Guerra Mundial certamente contribuiu muito para a consolidação dessa tendência em direção a um ambiente mais democrático. Ela também foi a derrota das "barbáries de Procusto – a vivisseção de sociedades humanas existentes dentro de algum padrão fixo ditado por nosso entendimento falível de um passado grandemente imaginário ou de um futuro totalmente imaginário" (Berlin, 1969, p. 171). Afinal, o ajuste dos indivíduos a sonhos de restituição ou de promessa de supostas grandezas mostrou-se uma cama muito estreita para corpos tão diversificados e em estado de mutação. Por isso, esses valores podem ser entendidos, ao menos retrospectivamente, como dilacerantes e contingentes com relação à individualidade. Desse ponto de vista, eles parecem ter agido contra as pessoas.

Especificamente com relação às questões de gênero, esse processo de democratização ainda em curso significa a ampliação do repertório possível de comportamentos sexuais individuais. Ele se beneficia da ampliação da dimensão da privacidade, daquilo que se torna gradualmente indiferente para a sociedade e que pode, então, ser ocupado pelos indivíduos. O comportamento sexual se torna indiferente no que diz respeito às exigências sociais positivas ou às

exigências constitutivas de uma sociedade. Em outras palavras, as pessoas podem cada vez mais ser cidadãs plenas a despeito de uma variedade enorme de comportamentos sexuais, porque isso passa gradualmente a fazer parte da dimensão privada de suas vidas e não mais dos requisitos básicos e positivos da sociabilidade da qual participam. Nesse movimento, a sociedade se deslocou de uma posição tipicamente totalitária para uma posição mais democrática - para retomar a distinção feita acima entre essas categorias contínuas.

A expansão em curso da privacidade cria uma espécie de território flexível para os indivíduos, na medida em que se trata de uma dimensão da vida disponível para a introdução de novos tipos de comportamento. Essa dimensão pode ser ocupada de várias formas, porque se encontra destituída de um conteúdo positivo compulsório. O fundamental aqui é observar que a variação de comportamentos privados não afeta a sociabilidade de uma pessoa. A cada dia novos comportamentos podem se tornar possíveis, a depender somente da criatividade e das necessidades sentidas pelos próprios indivíduos. Essa nova dimensão – essa recém-inaugurada privacidade em contínua expansão – possibilita aos indivíduos uma atividade criativa enorme, na mesma proporção em que se trata de um ambiente inteiramente disponível e sem restrições da parte da sociabilidade positiva.

A efetiva experiência da democracia implica, portanto, uma atividade artística por parte dos indivíduos com respeito a suas próprias vidas. Com efeito, a privacidade torna-se uma espécie de matéria prima sobre a qual cada indivíduo pode encontrar e expressar sua própria maneira de ser e adotar os comportamentos que julgar mais adequados. Observe que esse ambiente flexível é justamente aquele que se tornou indiferente para os processos de socialização positiva. A sociedade pode existir sem que nada do que ocorra nele interfira na sua (dela) existência. Isso porque ela restringiu suas necessidades repressivas a uma dimensão reduzida. Portanto, a vida sexual também se tornou

um material sobre o qual cada um pode expressar-se de maneira inventiva, porque se tornou um território flexível e aberto ao indivíduo.

O fato de a sexualidade ser entendida como uma *orientação* não deve perturbar essa percepção do contexto de ampliação da liberdade individual e das restrições relativas ao comportamento socialmente requisitado para seus membros. Em último caso, mesmo diante da evidência da validade de uma suposta orientação, cabe sempre ao indivíduo a decisão sobre considerá-la como decisiva ou não. Seja ela de natureza biológica, social ou psicológica, uma orientação é algo a ser devidamente interpretado por cada indivíduo no processo de construção de sua sexualidade. Isso justamente porque, com o recuo gradual das restrições sociais, o terreno encontra-se desimpedido diante dele. Qualquer aparente imposição sexual particular, como é o caso com a constatação de uma suposta orientação sexual, precisa ser reconhecida pelo indivíduo no processo de constituição de sua sexualidade. Sem essa atitude, mesmo que ela exista, pode nada significar. Logo, ela não carrega em si mesma um caráter efetivamente impositivo. Trata-se, afinal, de uma dimensão da vida humana que se encontra "aberta à intervenção e à resignificação" (Butler, 1990, p. 33) de cada indivíduo.

É verdade que a resistência dos padrões estabelecidos de sexualidade pode variar muito em cada situação concreta e nem sempre o indivíduo estará capacitado para neutralizar a força dos processos sociais de sexualização. Os mecanismos de perpetuação da padronização e da repressão sexual não são desligados automaticamente em sociedades democráticas. O que quero destacar aqui é que em ambientes democráticos há um território a ser descoberto por cada indivíduo, algo que não estava disponível em uma situação totalitária.

Taylor (1994, p. 51) afirma que "Ser verdadeiro para comigo mesmo significa ser verdadeiro para com minha originalidade, que é algo que só eu posso descobrir e articular. Ao articulá-la, estou também a definir-me a mim mesmo." Ou seja, não há diferença significativa entre descoberta e articulação

de si mesmo, entre reconhecer quem sou a partir de determinadas limitações (ou orientações) e definir quem sou. Apesar de uma suposta diferença na maneira como entendemos esses processos, eles encontram-se enredados de tal forma que cabe a mim, enquanto um indivíduo que procura autenticidade, em última instância definir-me segundo o que julgar ou sentir mais conveniente e apropriado.

Com isso quero dizer que no ambiente contemporâneo, propiciado pelo avanço da democracia como forma de vida, o reconhecimento de uma orientação sexual por parte dos indivíduos não altera profundamente o fato de que a sexualidade é um assunto acerca do qual cabe a cada pessoa a última palavra. Assim, hipoteticamente, podemos cogitar na possibilidade de que um indivíduo adote um comportamento avesso à sua suposta orientação sexual. Essa suposta incoerência é um assunto privado acerca do qual cabe somente a ele se pronunciar. Seja como for, a decisão de considerar essa orientação como algo significativo, parcialmente significativo ou insignificante para a constituição de sua sexualidade é uma capacidade disponível a todas as pessoas que vivem em ambientes democráticos.

É claro que essa minha narrativa é excessivamente simplista, na medida em que não se detém no processo político prático de conquista desse território que agora se abre para os membros de democracias existencialmente robustas. Ela não inclui a descrição daquilo que para os militantes diretamente envolvidos nas questões de gênero parece ser o essencial: o próprio movimento estratégico de ocupar o espaço, de conquistar um terreno que não está garantido, especialmente quando se consideram as situações concretas de cada sociedade – como a do Brasil – em que a democracia oscila continuamente. Com efeito, no caso do Brasil, se trata de uma sociedade tradicionalmente elitista e com pouco pendor para a experiência de vida democrática (Silveira, 2015).

Não quero passar a falsa impressão, com essa síntese precária, de que o ambiente da privacidade foi abandonado aos indivíduos, como uma dádiva

fornecida pelas sociedades democráticas. Na verdade, a descrição histórica mais adequada desse processo é mesmo aquele da conquista através de uma guerrilha, da tomada gradual de poucos metros de terreno, enquanto as exigências comportamentais positivas da sociedade recuam lentamente sob fogo cerrado e de maneira variada em função de cada caso concreto.

Além disso, esse processo varia em função de cada momento histórico. Isso, inclusive, facilita aquela percepção de que a democratização está em curso no ocidente. De acordo com Taylor

> Onde nossos ancestrais, em um caminho similar de autoafirmação, teriam sofrido autorreconhecidamente de um inabalável sentimento de transgressão, ou pelo menos de desobediência de uma ordem legítima, muitos contemporâneos atravessaram tranquilamente sua honesta busca pelo autodesenvolvimento (2011, p. 65).

Entretanto, meu ponto de vista aqui é outro e está ligado aos novos tipos de problemas que estão sendo inaugurados com a abertura dessa dimensão estética da vida humana. Afinal se trata de redimensionar inteiramente a relação dos indivíduos com a sociedade e deslocar o ponto de equilíbrio entre aquelas duas categorias contínuas: a democracia e o totalitarismo. Ou seja, trata-se de um brutal deslocamento nas dimensões da privacidade e, portanto, da sociabilidade humana. É nesse sentido que julgo que os debates sobre gênero podem se mostrar especialmente interessantes do ponto de vista filosófico.

O corpo Cartesiano

O processo de apropriação individual da capacidade de definir sua própria sexualidade possui uma grande semelhança formal com os processos modernos de obtenção da verdade. Eu me atreveria a firmar que a apropriação plena dessa potência, de sua experiência, envolve uma espécie de extrapolação do *cogito* cartesiano para o corpo.

A obra de Descartes (1979; 1999) é um protótipo de todos os processos de modernização. Sua pretensão original era submeter os elementos da tradição

a um processo de decantação, de tal forma que se tornasse possível obter daí algo de definitivamente verdadeiro. O método para tornar isso possível consiste em uma espécie de suspensão de tudo o que até então se supunha verdadeiro por um ou outro motivo, em geral apoiado nas autoridades constituídas ao longo do tempo.

Essa suspensão tinha de ser radicalizada para que abarcasse a totalidade dos conhecimentos disponíveis e nada pudesse ser traficado indevidamente para dentro do conhecimento autêntico, como uma pseudoverdade. Havia nessa estratégia uma política de tolerância zero em que nada que não suportasse a dúvida poderia ser admitido como verdadeiro. Só depois dessa suspensão geral é que se iniciava o processo de recomposição da verdade, agora inteiramente legítima porque havia sobrevivido ao crivo da dúvida sistemática. Como se procurava uma solução especial, uma verdade absoluta, Descartes (1999) forjou um Gênio do Mal hipotético cuja função era nos enganar sempre e, portanto, contaminar de dúvida todo o conhecimento existente. Como se vê, para grandes remédios se requerem grandes males, mesmo que artificiais.

O indivíduo contemporâneo que vive em ambiente democrático está em uma situação semelhante ao do *cogito* cartesiano com relação à própria sexualidade. Existe a positividade dos comportamentos sexuais cristalizados e incorporados na tradição de cada sociedade existente. Eles tendem a se apoderar dos corpos dos indivíduos em função de sua positividade e da autoridade que os reveste. Porém, como esses comportamentos não possuem mais a força compulsória que possuíam no passado totalitário, o indivíduo pode, então, *suspender* sua sexualidade enquanto busca uma autodefinição de si mesmo.

Ele só será capaz de operar essa suspensão se se livrar efetivamente do peso original que esses comportamentos possuem, mesmo não se tratando mais de contrapartidas sociais impositivas. Com isso, reconhecemos que em situações concretas, mesmo quando a sociedade perde o poder de estipular

comportamentos específicos, os indivíduos ainda persistem acreditando que essas exigências existem. Isso ocorre porque não há sociedade fora dos indivíduos. Ela os habita e só aí pode sobreviver. A sociedade não é uma entidade diante dos indivíduos, mas a atmosfera em que eles respiram.

Isso revela que uma vida democrática plena não poderá ser experimentada enquanto o indivíduo não for capaz de remover o peso de cada comportamento sexual já existente em sua própria sociedade. Cada um necessita livrar-se da sexualidade social existente e padronizada para ser capaz de entrar na posse de sua sexualidade autêntica. Ele tem de ser capaz de obter um corpo inteiramente nu por meio da suspensão cartesiana do peso relativo da tradição sexual incorporada em forças comportamentais niveladoras. E se, por meio desse artifício de suspensão, Descartes encontrou o eu epistemológico puro - o *cogito* - o indivíduo contemporâneo democrático encontrará, através de um movimento semelhante, seu corpo inteiramente despido de qualquer comportamento sexual *apropriado* ou *correto*. Ele se encontrará com seu próprio corpo, destituído de uma sexualidade específica, sugerida, induzida ou exigida por quaisquer mecanismos sociais de repressão. Ele estará de posse de sua "carne": um "potencial puro, uma força viva não formada" (Hard e Negri, 2004, p. 192).

Para evitar confusões, ressalto que adoto aqui um ponto de vista genérico que me interessa aqui e não aquele que descreve os detalhes particulares desse processo árduo de suspensão em cada caso. Ela certamente não se apresenta como algo fácil de ser obtido. Mas é necessária se o indivíduo quer efetivamente entrar na posse de sua própria privacidade e se constituir como uma pessoa autêntica e livre. Para isso, em algum momento ela terá que se interrogar e estabelecer uma relação direta consigo mesma, sem os intermediários tradicionais da sociedade e seu repertório de respostas já consolidadas. Trata-se da liberação com relação a tudo o que se encontra socialmente cristalizado no que diz respeito à sexualidade. Então, torna-se necessário abrir mão das

soluções constituídas e mergulhar em uma busca pela sua própria sexualidade. O ponto de partida para isso envolve a suspensão de sua própria sexualidade *dada*.

O corpo cartesiano é, portanto, essa entidade destituída de compromissos com comportamentos sexuais específicos que só existiam no indivíduo porque lhe eram transmitidos pelo ambiente externo em que ele se encontrava. Trata-se, portanto, de um corpo "removido de suas condições de origem" (Carlson, 1996, p. 51), deslocado de todas as suas circunstâncias sociais exteriores.

É evidente que esse corpo assexuado nos provoca algum estranhamento. Assim como o *cogito* de Descartes, ele exige alguma atenção especial. A suspensão da influência da tradição implica que ele se afirme como uma instância independente dos comportamentos sociais sexuais e se apresente como uma entidade sem conteúdo específico, como um corpo sem sexualidade, indefinido. Não se trata, entretanto, de uma mera ficção. Trata-se de um movimento de libertação que exige, para o bem ou para o mal, a limpeza de um terreno povoado de elementos de origem diversa, porém igualmente ilegítimos e inautênticos – porque não devidamente legitimados pela privacidade dos indivíduos.

Eles são ilegítimos porque não foram introduzidos, no conhecimento ou no corpo, pelo próprio indivíduo observando-se seu próprio interesse, limitações e motivações. Eles são espúrios porque forçam o indivíduo a assumir como verdadeiros ou como *seus* comportamentos sexuais aqueles que não foram o resultado de sua própria escolha e elaboração. Tratam-se, então, de valores que assumem a feição de impositivos, na medida em que não são *próprios*. Cabe ao indivíduo que pretende tornar-se autônomo no conhecimento e na sexualidade produzir uma nova verdade e uma nova sexualidade depurada de tudo o que se impôs externamente sobre ele – e que o constituía até aquele momento.

Trata-se de uma luta do indivíduo consigo mesmo, já que a tradição com seus respectivos dispositivos de reprodução só pode existir dentro dele, como afirmei antes. A depuração promove um expurgo necessário para se chegar a um elemento que potencializa a reconstrução da sexualidade em seus próprios termos, seguindo o interesse ou a orientação do próprio indivíduo. Com isso, podemos notar que o método cartesiano de fundamentação de um conhecimento verdadeiro ainda é o modelo utilizado nos processos de liberação do gênero com relação a quaisquer situações sociais positivas.

Observe que por *corpo cartesiano* não entendo uma máquina sem alma, um mecanismo destituído de vida interior e redutível a suas partes constituintes. O nome pode ser enganador. Ao contrário, trata-se do corpo nu, o corpo de um indivíduo que se liberou das constrições sociais para se apoderar da possibilidade de constituir sua nova sexualidade em seus próprios termos. Esse corpo sexualmente nu é um requisito necessário da liberação sexual ou da identificação e apropriação da sexualidade autêntica. Sua falta de conteúdo específico é uma espécie de ponto nevrálgico a partir do qual, e só a partir do qual, a reconstrução autônoma da sexualidade pode ocorrer. Ele é o ponto arquimediano da sexualidade *recomposta* livremente por cada um.

Não há possibilidade de uma transição entre uma sexualidade originária constituída através exigências sociais positivas para uma sexualidade autônoma que não passe por esse ponto intermediário de suspensão de todo conteúdo dado. Na epistemologia e na sexualidade trata-se de eliminar o dado para recompor o que agora passa a ser posto pelo indivíduo de acordo com seus próprios critérios e interesses.

Em uma apreciação geral, podemos dizer que o corpo cartesiano é uma espécie de extrapolação do mesmo núcleo de valores cujo objetivo fundamental é o que Berlin (1999, p. 146) definiu como "converter a vida em arte" a que já me referi acima. Afinal, trata-se de assenhorear-se de seu corpo como de uma

matéria prima sobre a qual se construirá uma sexualidade ajustada às condições do indivíduo livre.

Sexualidade como obra de arte

A transformação da sexualidade em matéria prima para a atividade artística dos indivíduos democráticos é uma conquista pendular. Há um processo inicial negativo que implica a destruição da crosta de necessidade que envolve a sexualidade socialmente dada. Por meio dele, os papéis sexuais socialmente cristalizados perdem sua consistência e revelam-se expressões de um arbítrio social injustificado aos olhos de cada indivíduo.

A expansão da privacidade em direção à sexualidade autêntica implica, inicialmente, a negação de qualquer metafísica sexual. Isso porque, em geral, a positividade busca autoridade em alguma circunstância não social – de preferência pré-social, em função da necessidade de obscurecer sua fonte contingente visando perpetuar-se indefinidamente. Se se tornasse manifesto desde sempre que a origem dos papéis sexuais é social, não haveria nenhuma razão para que eles se tornassem critérios de sociabilidade, senão como um gesto de força injustificado. Na medida em que eles revelassem sua origem não necessária, resvalariam automaticamente para a dimensão da privacidade e perderiam o peso específico da positividade social.

Esse primeiro movimento consiste justamente no deslocamento da sexualidade para a dimensão da privacidade. Isso implica reconhecê-la como um conjunto de comportamentos fora do domínio da sociabilidade positiva, como contingente e da exclusiva alçada de cada pessoa. De posse dessa percepção, o indivíduo desobriga-se de adotar os papéis sexuais antes estipulados socialmente. Os comportamentos sexuais passam a mover-se para fora da jurisdição social, explícita ou implícita, deixando a cada um decidir-se livremente sobre isso. A vida privada de cada indivíduo expande-se e engloba sua sexualidade.

O corpo e a sexualidade passam a ser encarados, então, como algo que pode assumir formas variadas em função das necessidades e desejos das pessoas e não absorvem mais os parâmetros sociais existentes. Claro que isso é válido na mesma proporção em que cada indivíduo torna-se livre e consciente das possibilidades democráticas de lidar com seu corpo como se fosse uma matéria prima ainda sem forma. Cada artista faz de sua vida a obra que desejar, dentro das possibilidades fornecidas pela matéria prima de que dispõe e das intenções que possui. Esse é certamente um movimento inaugural da capacidade artística de cada indivíduo livre: tornar-se senhor de si, dar-se uma forma e um comportamento que expresse sua própria especificidade.

Transformar a vida em arte significa, para o indivíduo, também determinar livremente sua sexualidade, dar ao corpo cartesiano alguma feição particular. Poderíamos chamar esse processo de *reconstituição* da sexualidade em seus próprios termos – para diferenciá-la de uma sexualidade *dada* em qualquer situação social positiva.

Há uma diferença essencial entre essas duas formas de sexualidade. Esta se estabelece através dos mecanismos sociais tradicionalmente repressivos que são sempre estreitos e limitadores nas suas respostas possíveis. Aquela considera todas as variações individuais possíveis, de acordo com as orientações e decisões soberanas de cada ser humano. A primeira se define sempre por algum peso institucional e a segunda absorve a leveza típica dos processos de produção artística – sem roteiros estabelecidos.

Com efeito, enquanto resultado de uma atividade artística sobre o seu próprio corpo, a sexualidade adquire leveza em função de sua contingência. Isso porque o indivíduo sabe que ela poderia ser diferente, já que não foi produzida obedecendo a relações causais estritas ou cânones sociais preexistentes. Essa leveza permite a cada indivíduo perceber sua sexualidade como um *papel* que ele desempenha. Isso porque ela perdeu aquela dureza típica das cristalizações

permanentes, na medida em que resvalou para a dimensão da privacidade e abandonou a esfera da sociabilidade positiva.

Dessa forma, o autor sabe – como todo autor - que sua sexualidade atual é essa, mas não é necessariamente essa. Como resultado de sua atividade artística sobre aquele corpo cartesiano, ela poderia ser diferente do que é, caso as inclinações e as escolhas do indivíduo fossem outras. Ele sabe que suas decisões poderiam ter sido outras e que esse resultado ao qual chegou é um papel entre tantos outros papéis aos quais poderia ter chegado. Por sua vez, isso gera um ambiente de tolerância ao tornar evidente que a sexualidade de alguém é uma questão de gosto e de decisão pessoal. Se o meu próprio papel revela sua contingência quando noto que poderia ser outro, o mesmo se aplica à minha percepção acerca dos papéis dos demais.

Problemas da indeterminação do gênero

Enquanto um papel desprovido de necessidade social positiva, a sexualidade gera seus próprios problemas. A determinação do corpo cartesiano implica em dar-se uma sexualidade imanente, sem a força constrangedora dos dispositivos repressivos das sociedades totalitárias. Porém, essa sexualidade é sabidamente contingente na medida em que é produzida por cada indivíduo de acordo com seus valores, inclinações e escolhas. Dessa forma, ele não necessita relacionar-se com essa sexualidade posta como algo definitivamente acabado. Afinal, isso é consequente com a leveza existencial que ela exibe enquanto uma sexualidade reconstituída – diferentemente da sexualidade dada.

Mais do que isso. O indivíduo para manter-se como artista da própria vida terá que reapropriar-se novamente do corpo cartesiano, negando a sexualidade produzida por ele mesmo. Essa é a única possibilidade dele poder preservar sua condição de artista, de demiurgo da sua sexualidade e de indivíduo livre. Caso ele identifique-se plena e definitivamente com ela, a flexibilidade típica da produção de si desaparece, porque a sexualidade posta deixará de ser

reconhecida como um papel para se cristalizar como forma exclusiva. Nesse caso, o indivíduo submergirá diante de uma forma particular de sexualidade, embora esta seja uma sexualidade autoproduzida. No caso de se estabelecer tal identificação, se estabelecerá uma experimentar dessa sexualidade possível como se ela se constituísse como uma determinação necessária.

Será a identificação plena do indivíduo com sua própria sexualidade posta ou o ajuste existencial perfeito entre o autor e seu papel que eliminará a possibilidade de novas produções e exterminará com o caráter artístico da vida. Afinal, um autor que se consubstancia permanentemente com seu papel deixa de ser autor e passa a viver seu personagem, na medida em que não há mais distância entre eles. Somente o constante deslocamento para fora do personagem e a consequente desindentificação pode reconstituí-lo como um autor verdadeiro.

Se a sexualidade cristalizada, produzida a partir do corpo cartesiano, se identificar plenamente com seu produtor, ele deixará de tratá-la como sua obra de arte. Aparentemente há aqui uma pendulação que será necessário estabelecer, caso se queira preservar a liberdade relativa do indivíduo diante de sua sexualidade. Quando o indivíduo toma sua sexualidade posta como sendo a expressão acabada de suas potencialidades criativas, ele danifica essas últimas na mesma proporção em que elas são obstaculizadas. Se ele se identifica efetivamente com sua sexualidade, então perde o estatuto de um produtor potencialmente livre, porque se torna presa de sua própria produção. Trata-se de uma versão da maldição do Golem, em que a obra domina o criador. Ao crer que ele *é* a obra, o autor perde a capacidade de projetar-se como um indivíduo potencialmente diferente e que está sempre além dela. Logo a flexibilidade de sua existência naufraga sob a força da cristalização que se estabelece entre o autor e seu personagem.

Somente uma oscilação contínua será capaz de mantê-lo de posse de sua condição artística. Esse movimento pendular se estabelecerá entre o corpo

cartesiano e uma sexualidade particular produzida pelo indivíduo. A condição de artista e demiurgo da própria sexualidade só poderá ser preservada através da reapropriação constante do corpo cartesiano, de um retorno frequente à indeterminação e, portanto, à potência ainda assexuada.

Isso significa que cada indivíduo terá que negar sua sexualidade e suspender sua validade periodicamente com o objetivo de reasenhoriar-se de si próprio. Um dos riscos contidos nesse processo é que o indivíduo se perca de si mesmo, permitindo que sua obra o domine e se imponha sobre sua capacidade de se tornar outro. Há uma evidente tensão que o indivíduo terá que manter viva entre a determinação de uma sexualidade particular e o corpo cartesiano. Só a reapropriação da indeterminação desse último será capaz de mantê-lo na situação existencial de senhor de si. A potência criativa, o domínio de si mesmo, o caráter demiúrgico de cada indivíduo só se manterá ao longo do tempo caso ele consiga reapropriar-se repetidamente do corpo cartesiano. Isto é, sua potência criativa depende de desapego com relação à própria sexualidade reconstituída.

Essa situação pode ser ilustrada com um exemplo. Parece-me que a tendência a se adotar a *performance* (Carlson, 1996) como uma expressão artística tipicamente contemporânea está ligada ao desafio de se preservar o aspecto demiúrgico do indivíduo democrático com relação à sua própria vida. Uma obra de arte que não perdura no tempo e no espaço expressa justamente a noção de que ela não possui vida própria. Por meio de uma realização temporária e instável como é a *performance*, esse objetivo pode ser concretizado.

Essa estratégia permite que a obra mantenha-se atrelada ao seu autor, de tal forma que só na sua presença e por meio dele ela pode significar. Como a *performance* não sobrevive à circunstância em que é produzida, o artista pode sempre se reapropriar de seu poder criador e restaurar sua liberdade ao final da atividade artística. Trata-se de uma obra que não caminha sozinha pelo mundo, que não adquire independência com respeito a seu autor, nem um significado

próprio. Ela é sempre tutelada pela presença de um senhor que a produziu e que a aniquila ao final do próprio processo que a expressa – um Golem definitivamente controlado.

Isso revela uma necessidade de reapropriação contínua da potência criativa por parte de cada indivíduo e pode exemplificar perfeitamente bem um dos problemas típicos de uma sexualidade plenamente democrática. Nesse caso, o autor necessita reapropriar-se de sua potência para não resvalar para uma forma de sexualidade cristalizada que o aprisionaria em uma figura particular. Assim, a sexualidade individual em um ambiente democrático terá que oscilar continuamente, deixar de ser o que é, ser afirmada e depois negada, ser gestada e destruída repetidamente. Só essa pendulação mantém o indivíduo na posse da capacidade de autosexualizar-se.

Observe que não se trata aqui de alguma modalidade de processo dialético em que esteja em questão um desenvolvimento sexual ou um crescimento pessoal ao longo dessa série de figuras sexuais que são postas. A estratégia aqui é claramente defensiva com relação a toda cristalização sexual. O indivíduo deve tornar-se diferente do que é para continuar senhor de si. Identificar-se com suas próprias produções é perder o controle de sua liberdade e resvalar para uma vida convencional em que o eu é um dado – um eu identificado com o seu papel sexual. O sujeito não retomará as velhas constituições sexuais do passado como uma forma de rememoração de sua densidade esquecida, recolhendo e unificando a sua própria história em um patamar superior de significado – como em um processo dialético típico (Hegel, 1992).

Cabe ao indivíduo democrático construir e destruir sua sexualidade, não apenas uma vez, mas repetidamente. Sua liberdade consiste em manifestar sua potência criativa por meio da produção de um si mesmo sexual, a partir do corpo cartesiano. Mas a manutenção dessa condição também exige a negação repetida do vínculo entre ele e sua própria sexualidade particular.

Podemos cogitar se a necessidade dessa tensão contínua, dessa oscilação entre a produção e a destruição de si não poderia ser aliviada por meio da manutenção do indivíduo no estado de corpo cartesiano. Isto é, se a sexualidade não poderia continuar indefinidamente suspensa como forma de aliviar a necessidade da pendulação. Nesse caso, o indivíduo se preservaria de determinar um papel, uma figura particular para sua sexualidade, enquanto se manteria mergulhado na situação etérea de uma liberdade negativa e sem qualquer conteúdo.

Essa modalidade de orientalismo, vou chamá-la assim, pode mesmo se tornar uma solução diante da tensão permanente entre uma sexualidade constituída livremente e o corpo cartesiano. Trata-se, enfim, da negação de toda determinação da sexualidade e da manutenção da suspensão como ideal permanente de vida. Do ponto de vista teórico não há, aparentemente, nenhum impedimento para isso. Observe que estamos lidando aqui com soluções hipotéticas para um problema que se apresentou em função da afirmação de uma sexualidade democrática, caracterizada pela indeterminação do gênero como um momento necessário de sua constituição.

Entretanto, mesmo que teoricamente possível, essa é uma solução culturalmente onerosa. Ela envolveria tornar viável uma opção que é estranha ao ambiente ocidental em que a democracia se afirma gradualmente como uma forma de vida predominante. A recusa a determinar sua própria sexualidade é também a recusa a se constituir como um sujeito livre. Ela é a recusa da capacidade dos indivíduos em assenhorear-se de si mesmo e a desistência da luta de dar a si e ao mundo uma feição humana. Eu me arriscaria a afirmar que a assunção permanente da condição de corpo cartesiano seria a recusa da própria civilização ocidental. Essa possibilidade é claramente uma recusa de qualquer sexualidade particular e um mergulho em uma espécie de assexualidade que só a negação da individualidade poderia produzir, e apenas sob intensa disciplina espiritual.

O ocidente optou em um passado histórico pela afirmação da individualidade como uma direção civilizatória promissora (Schneewind, 2001). Assim, os dispositivos elaborados para o conhecimento, o autoconhecimento, a moralidade, a estética e a política são todos orientados pela afirmação do indivíduo como uma esfera decisiva. Tudo na nossa civilização passa pela afirmação dessa unidade pessoal como fundamental para propormos e resolvermos problemas, inclusive aqueles muito práticos e triviais.

Do ponto de vista oriental, muito diferente do nosso, a concepção do eu - ou o "acidente temporal de sua própria personalidade" (Zimmer, 1986, p. 117) - é uma mera fantasia passageira, uma ilusão que deve ser abandonada rapidamente. Por isso, parece-se que a solução da defesa da suspensão sexual é culturalmente árdua, embora seja logicamente possível. De qualquer modo, lembro que meu propósito aqui é identificar e apresentar alguns problemas derivados de uma sexualidade intensamente democrática e não resolvê-los. Assim, a possibilidade de uma reviravolta orientalizante pode se constituir como parte das soluções possíveis decorrentes dos problemas de indeterminação do gênero. Embora o preço cultural a se pagar por ela me pareça demasiadamente elevado.

Dentro de um ritmo de vida contemporâneo típico é difícil não reconhecer que os comportamentos sexuais resultantes da atividade artística democrática tendem a se cristalizar ao longo do tempo e adquirir um aspecto permanente, justamente porque eles expressam a autenticidade individual. De fato, nas condições atuais, a atividade artística de dar-se uma sexualidade possui uma tendência a se consolidar em um padrão sexual estável. Eles tendem a se tornar aquilo que Butler (1998, p. 519) chamou de "uma repetição estilizada de atos". A atividade artística tende a consolidar-se em um *resultado*, em uma obra já realizada, qualquer que ela seja.

Nesse caso, o problema com a sexualidade resultante, considerada como uma instância opaca e significativa por si mesma, é que ela oculta o processo

que lhe deu origem, tomando o lugar do próprio criador. Trata-se, novamente, daquele temor de que nossas criações assumam o controle sobre nossas vidas. Assim, um indivíduo livre que desenvolve sua própria sexualidade em um ambiente democrático, chega inevitavelmente a um resultado: uma forma de sexualidade particular. É razoável cogitar que com o tempo essa sexualidade se consolide em um padrão de comportamentos que se torna redundante, já que poucos indivíduos parecem possuir o dom da vigilância onisciente sobre si mesmos.

Observe que essa situação pode gerar um estado de autovigilância paranoica com o objetivo de eliminar todo comportamento sexual que tenda à redundância e à cristalização. Nesse caso, o indivíduo será autor e objeto de uma espécie de totalitarismo interior invertido, na medida em que terá que ocupar-se permanentemente de não permitir que seu comportamento sexual resvale para uma "repetição estilizada". O perigo aqui é submergir diante da necessidade de evitar a redundância, como se se tratasse de um mal radical que só caberia ao próprio indivíduo controlar por meio de uma originalidade sexual igualmente radical.

Por outro lado, é igualmente possível que o indivíduo livre não se deixe levar pelo aspecto contingente de sua atividade sexual, revestindo-a com o manto da permanência. Isso redundaria em uma espécie traição performática – na medida em que, agindo assim, ele estaria negando a essência do processo democrático que produziu sua sexualidade. Mesmo assim, não se pode descartar a possibilidade dessa traição performática constituir-se como solução da tensão entre o corpo cartesiano e a sexualidade existente.

Claro que isso significaria cair em uma espécie de alienação com relação ao poder demiúrgico do indivíduo e eliminar a liberdade aí implicada. A questão relevante, nesse caso, é saber se se trata de algo substancialmente diferente da situação de viver sob o manto de uma sexualidade tipicamente totalitária. Isso na medida em que, em ambos os casos, o indivíduo experimenta sua sexualidade

como uma necessidade que foi imposta pela sociedade sobre ele ou foi imposta definitivamente por ele sobre ele próprio. Em ambos os casos a sexualidade torna-se um componente necessário da vida e não fonte de liberdade. Em último caso, essa solução envolveria a recusa da liberação sexual e a identificação plena do autor com sua obra.

Outra dificuldade pode surgir quando observamos a situação com mais cuidado. Mesmo em condições ótimas – mas não patológicas - de vigilância com relação a adotar alguma forma contraditória de comportamento sexual cristalizado, o indivíduo não conseguirá pairar sobre sua própria sexualidade autoproduzida como se ela não fosse a *sua* sexualidade.

Com isso quero dizer algo muito evidente: todo artista tem orgulho de sua própria obra e desenvolve por ela uma relação de predileção. Sua sexualidade autoproduzida não lhe é indiferente, ela é o resultado (mesmo que provisório) de *sua* atividade demiúrgica sobre a matéria prima do seu corpo. Ela não é qualquer sexualidade com relação à qual ele pode se manter em uma posição de indiferença total. Sendo resultado de sua atividade lúdica sobre si mesmo, ela representa uma sexualidade especial para ele.

Assim, ele certamente não estará em condições de abrir mão dela, como se ela não possuísse com seu autor algum elo especial. Se a democracia é a manutenção de uma equidistância com relação a um conjunto de valores, é duvidoso que sejamos realmente capazes de adotar essa postura com relação à nossa própria sexualidade constituída. O apego ao que realizamos ameaça constantemente o mundo democrático que exige equidistância entre um indivíduo e diferentes comportamentos sexuais. Não parece ser possível mantermo-nos em estado de equilíbrio absoluto entre comportamentos sexuais distintos, se um deles consiste em nosso padrão sexual, constituído livremente por nós mesmos.

Isso é muito diferente de afirmar que um único padrão de sexualidade, independente dos indivíduos, ganharia a cena novamente em uma espécie de

retorno ao ponto de partida das sociedades totalitárias. Não se trata aqui da cristalização produzida por comportamentos socialmente padronizados e requeridos como contrapartida necessária aos membros de uma comunidade. Trata-se de algo bem mais suave: da predileção do indivíduo por determinados comportamentos sexuais que expressam suas preferências particulares. O que está em questão é aparente inevitabilidade da adoção de um padrão individual de comportamentos, da sedimentação do gosto e das preferências sexuais – como acontece com o paladar, com a audição e outros processos de consolidação emocional e cognitiva que ocorrem ao longo da vida. Processos que, inclusive, expressam artifícios de economia existencial diante da complexidade e da variedade das situações em que nos envolvemos.

Tudo indica que os seres humanos não são capazes de manter-se em estado de equilíbrio pleno sem consolidar algumas dessas preferências e desses atalhos confortáveis e econômicos – emocionais e cognitivos. A variabilidade permanente causa em nós uma espécie de ânsia que demanda repouso em algum ponto sólido que chamamos de *preferência*. É desnecessário enfatizar que esse processo obstrui àquela retomada constante da indeterminação do gênero como uma experiência presente. Talvez ela revele também alguma inaptidão para uma *experiência existencial da democracia* – no sentido estrito desse termo.

Conclusão

Não parece haver, no horizonte da análise realizada aqui, uma possibilidade de conservar a posse da indeterminação do gênero ao lado do exercício artístico de produzir autonomamente sua própria sexualidade sem a permanente geração do sentimento de insatisfação. Como não há a possibilidade de identificação duradoura entre a indeterminação do gênero e a particularidade de uma sexualidade autoproduzida, só parece restar a alternativa da pendulação entre eles. Só essa oscilação parece capaz de manter nossa liberdade e certa equidistância relativa.

Essa pendulação ocorre sob o signo de uma dupla insatisfação. De um lado com o caráter abstrato e infrutífero de uma indeterminação universal destituída de conteúdo e, de outro, com a limitação sufocante de qualquer forma de sexualidade particular incapaz de expressar integralmente a autenticidade de um indivíduo. Em cada um dos extremos dessa pendulação, o indivíduo democrático encontra-se tensionado pela necessidade de adotar o valor expresso pelo extremo oposto. Assim, de posse de um corpo cartesiano ele se ressente da necessidade de um conteúdo sexual particular, de uma realização sexual que demonstre seu potencial autoformativo. E quando se depara com a determinação particular de sua sexualidade autoproduzida, ele sente saudades de recuperar a potência criativa da liberdade abstrata.

Observe que não há, nessa situação geradora de insatisfação permanente, algum meio termo que poderia apaziguar a pendulação entre os extremos. Nela só é possível mover-se de um lado a outro, mantendo a tensão e a insatisfação constantes. Vimos que o orientalismo - a manutenção fixa do estado de indeterminação - que poderia se apresentar como um cancelamento dessa tensão, encontra-se distante do horizonte dos valores vigentes no ambiente democrático contemporâneo. De fato, trata-se de uma solução que não rearticula os elementos da indeterminação do gênero hoje disponíveis. Ela simplesmente lança fora um dos componentes em benefício do outro. Resultado unilateral que também é típico de qualquer forma de traição performática com relação à liberação autoproduzida. Por isso mesmo, essas não parecem ser soluções destinadas a *resolver* os problemas apresentados aqui, mas somente amputá-los.

De qualquer modo, a resolução desse conjunto de questões introduzidas pela experiência da indeterminação do gênero na vida humana exige soluções práticas e opções existenciais. Claro que uma discussão teórica, como a que foi tentada aqui, pode auxiliar no mapeamento dos problemas e no esclarecimento do que está em jogo. Porém, ela, por si só, não pode resolver questões que

envolvem os rumos de certa forma de civilização, certa modalidade de vida caracterizada pelo compartilhamento humano de valores encarnados em comportamentos, crenças e desejos. Nesse caso, os limites de qualquer debate de ideias são evidentes e me parece prudente assumir essas limitações.

Referências

BERLIN, I. **The roots of romanticism**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

____. **Four essays on liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

BUTLER, J. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

____. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre Journal**, v. 40, nº 4, 1988, pp. 519-531.

CARLSON, M. **Performance**: a critical introduction. London: Routledge, 1996.

DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

____. **Discurso do método**. São Paulo, Abril Cultural, 1999.

HARD, M.; NEGRI, A. **Multitude**: war and democracy in the age of empire. New York: The Penguin Press, 2004.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SCHNEEWIND, J. **A invenção da autonomia**: uma história da filosofia moral moderna. São Leopoldo: Unisinos; 2001.

SILVEIRA, R. A. T. **Apresentação do Brasil**. Santa Cruz Cabrália: Ronie Alexsandro Teles da Silveira, 2015. Disponível para download em http://roniefilosofia.wix.com/ronie

TAYLOR, Ch. **A ética da autenticidade**. São Paulo: Realizações, 2011.

____. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

ZIMMER, H. **Filosofias da Índia**. São Paulo: Palas Athena, 1986.